

UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS

Termo de Referência 441/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
441/2025	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	EMERSON CARVALHO RODRIGUES	14/11/2025 10:49 (v 0.7)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	630/2025	23081.144898/202

1. Definição do objeto

Serviços de Física Médica e Radioproteção: Realização de Memorial descritivo com testes de controle e qualidade, levantamento radiométrico ambiental e medição de radiação de fuga do cabeçote em equipamentos de raio-x odontológicos intraorais e extraorais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DESCRIMINAÇÃO	Quantidade	VALOR unitário R\$
01	Prestação de serviço de Física Médica e Radioproteção necessário para a realização de Memorial Descritivo com testes de controle de qualidade, levantamento radiométrico ambiental e medição de radiação de fuga do cabeçote em equipamentos de raio-x odontológicos intraorais e extraorais localizados . A Empresa deverá fornecer e fiscalizar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os seus colaboradores, a fim de minimizar os potenciais impactos negativos na saúde de seus colaboradores, sem quaisquer ônus à contratante. Quaisquer despesas decorrentes da prestação dos serviços deverão ocorrer por conta da Empresa. Quaisquer possíveis impactos ambientais serão suportados pela Contratada, tendo em vista que a execução do serviço será totalmente realizada por esta, a qual deve atender, no que couber, aos critérios estabelecidos no art. 6º da IN 001, de 19 de janeiro de 2010 do extinto MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas de proteção e segurança vigentes. A Empresa deverá fornecer laudo técnico detalhado (Memorial Descritivo) em até 20 dias corridos após a execução dos serviços, bem como quaisquer documentações necessárias a respeito dos serviços realizados. Demais condições conforme disposto em TR.	17	377,81
Total dos itens			6.422,77

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho, qualidade e especificações usuais encontrados normalmente no mercado, sem necessidade de informações adicionais para formulação da proposta.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dentro da Saúde Pública, o campo de atuação da Vigilância Sanitária vem se tornando bastante amplo e complexo, destacando-se as medidas sanitárias de proteção radiológica e controle de qualidade para as atividades médicas e odontológicas que utilizam radiações ionizantes. As medidas sanitárias em tais serviços são práticas que vêm ganhando importância a partir do reconhecimento em textos legais dos riscos potenciais na utilização das radiações ionizantes.

O Levantamento Radiométrico tem atuação e relevância na medição dos níveis de radiação em áreas adjacentes, ou seja, avalia a dissipação de ondas radioativas em ambientes que estejam anexos ou próximos às salas que recebem equipamentos emissores de raios X, garantindo assim a segurança dos indivíduos em exposição ocupacional, além é claro, do público em geral. Os valores apresentados no Levantamento Radiométrico devem atender os limites de dose anual sugeridas pelas normas e Leis, como a Portaria 453 da ANVISA de 1998 e a RDC 611 de 2022, da ANVISA.

Neste sentido, a contratação do serviço de Física Médica e Radioproteção para a realização de testes para o controle de qualidade, levantamento radiométrico ambiental e medição de radiação de fuga do cabeçote nos equipamentos de raio-x do Curso de Odontologia da UFSM e setor de odontologia da PRAE/UFSM se justifica para garantir a continuidade da prestação de atendimentos odontológicos e manutenção do ensino prático, com qualidade e segurança tanto para os profissionais e acadêmicos, quanto para os usuários do serviço, atentando às normativas dos órgãos competentes (IN N° 94, de 27 de maio de 2021 /ANVISA e IN nº 95, de 27 de maio de 2021 /ANVISA, a qual dispõe sobre os requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral e intraoral, respectivamente).

2.2. A compra está lançada no PGC e alinhada ao PDI 2016-2026 da UFSM, DFD 2025/510

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução mais adequada para este tipo de serviço é a contratação de uma empresa especializada para realizar os serviços, pois não há na UFSM esta especificidade.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Será solicitado o alvará de funcionamento e licença sanitária (ANVISA): A empresa contratada deve possuir todas as licenças e alvarás exigidos pelos órgãos reguladores de saúde, garantindo que as operações estejam em conformidade com as normas sanitárias e de segurança.

4.1.2. Físico da empresa especializado em Física Médica: A empresa deve ter em seu quadro de funcionários um profissional especializado em Física Médica, responsável por garantir a qualidade dos equipamentos de raio- X e a precisão dos diagnósticos.

4.1.3. A empresa deverá fornecer e fiscalizar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os seus colaboradores, a fim de minimizar os potenciais impactos negativos na saúde dos mesmos, sem quaisquer ônus à contratante.

4.1.4. Quaisquer despesas decorrentes da prestação de serviços deverão ocorrer por conta da empresa.

4.1.5. Quaisquer possíveis impactos ambientais serão suportados pela contratada, tendo em vista que a execução do serviço será totalmente realizada por esta, a qual deve atender, no que couber, aos critérios estabelecidos no art. 6ª da IN 001, de 19 de janeiro de 2010 do extinto MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.1.6. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as normas de proteção e segurança vigentes.

4.1.7. A empresa deverá fornecer laudo técnico detalhado em até 20 dias corridos após a execução dos serviços, bem como quaisquer documentações necessárias a respeito dos serviços realizados.

4.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

4.1.9. Custear deslocamento de prepostos, colaboradores ou empregados da CONTRATADA, quando esses realizarem viagens necessárias para execução do objeto do contrato, fornecendo passagens aérea, hospedagem, refeições e indenização por quilometragem rodada, custeando todo e qualquer custo para execução do presente Contrato.

4.1.10. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

4.1.11. Obedecer às regras da ANVISA, INMETRO, ABNT, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, MINISTÉRIO DA SAÚDE e MINISTÉRIO DO TRABALHO, na execução dos serviços, em especial à IN nº 95 de 27 de maio de 2021, a qual dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraora

5. Modelo de execução do objeto

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. LOCAL DE EXECUÇÃO

5.1.1. Local de execução: Predio 48 -D 3º andar e Prédio 26-F, ambos no Campus Campus Universitário da UFSM - Bairro Camobi.

5.2. PRAZO DE EXECUÇÃO

5.2.1. Os serviços e as instalações deverão ser atendidas e finalizados no prazo máximo de 30 dias, a contar do recebimento da nota de empenho.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Liquidação

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

Forma de pagamento

7.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.16. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.16.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante*

7.17. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de apostilamento a contratação.

7.18. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração da cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.19. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.20. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica:

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.2.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.2.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 /10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Qualificação Técnica;

8.2.13. A empresa contratada deve possuir e apresentar alvará de funcionamento e licença sanitária (ANVISA), garantindo que as operações estejam em conformidade com as normas sanitárias e de segurança.

8.2.14. A empresa deve apresentar documentação de vínculo em seu quadro de funcionários um profissional especializado em Física Médica (Físico), responsável por garantir a qualidade dos equipamentos de raio- X e a precisão dos diagnósticos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.422,77

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.422,77 (Seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade gestora: 153615 e 153604

Fonte de Recursos: 1000.000000.

Elemento de Despesa: 339039.79

Programa Trabalho: 230371.MAESUG2335R - O20 e 230358.MUENSG0100N - D05

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRA DANIELA BAVARESCO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 10:49:16.